



SIFAR É FORTE! EU FAÇO PARTE!

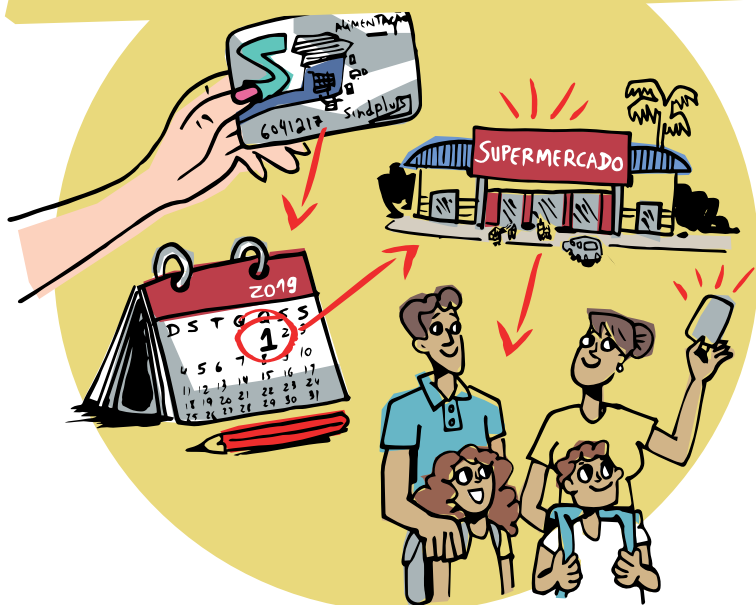
A LUTA CONTINUA!

A Campanha de Lutas dos servidores municipais acabou, mas a luta continua! Este ano, diferentemente do que ocorreu em 2018, o governo realizou mesas de negociação com os sindicatos do município, entretanto, abriu pouca mar-

gem para uma negociação efetiva com os servidores.

Os trabalhadores de Araucária tiveram reposição da inflação, que ficou em 5,07%. A reivindicação da correção das perdas salariais históricas da categoria foi, mais uma vez, negligenciada pelo governo.

VALE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO



VALE REFEIÇÃO



VOCÊ ACEITA ISSO?

Vale-alimentação

► Os trabalhadores do município reivindicam vale-alimentação no valor de R\$ 520. E, para além do aumento imediato do valor do vale, a categoria também exige um abono de Natal, ou seja, um depósito a mais no mês de dezembro no valor do vale-alimentação para cobrir perdas históricas sofridas pelos trabalhadores.

Hissam costuma utilizar a imprensa local ou o site da própria Prefeitura para fazer anúncios que deveriam ser negociados com os sindicatos. Foi isso que ocorreu com o vale-alimentação. No final de agosto, em mesa de negociação, os sindicatos deixaram claro para o prefeito que ele tem o dever de cumprir o que prometeu na data-base, por meio do Jornal O Popular: R\$ 520 no vale-alimentação a partir de dezembro deste ano. Apesar de muito debate entre sindicatos e a administração municipal, os servidores municipais aguardam um desfecho ainda neste mês de setembro.

Progressões

► Em mesa de negociação, a administração deu a entender que tem intenção de elaborar um calendário de pagamento das progressões atrasadas. Apesar de muitos servidores terem ganhado ações na justiça e já estarem recebendo os atrasados, essa seria uma forma de dar agilidade ao pagamento.

O SIFAR tem feito um levantamento de quanto a Prefeitura deve aos servidores para propor um calendário.

Os servidores municipais ficaram sem receber as progressões, tanto de qualificação quanto de titulação, de 2013 a outubro de 2017. Os trabalhadores entraram com ações individuais exigindo a implantação das progressões e também o pagamento dos atrasados, com juros e correções, já que o governo havia deixado de pagar sem nenhuma justificativa e sem mudança na legislação.

A partir de outubro de 2017 o pagamento das progressões foi retomado. A questão, agora, é resolver o pagamento do período no qual os servidores ficaram sem receber.

Mudança na concessão da insalubridade é **VITÓRIA DOS TRABALHADORES!**

Conquistamos uma vitória importante para garantir o pagamento justo do adicional de insalubridade aos servidores municipais – especialmente na área da saúde. No final de agosto, o Departamento de Saúde Ocupacional (DSO) enviou um ofício à Secretaria Municipal de Saúde (SMSA) determinando que **o pagamento do adicional seja feito por local de trabalho, não apenas pela função**. Assim, todos os servidores dos locais da saúde (veja o box) passarão a receber o adicional de insalubridade de grau médio.

A decisão é fruto da reivindicação dos servidores que convivem com situações injustas para o pagamento da insalubridade, já que os critérios para a concessão do adicional não estavam bem claros até então. Hoje, em vários espaços da saúde, alguns profissionais têm o adicional e outros não. **Se o trabalhador deve receber quando atua em um ambiente de trabalho que oferece riscos para a sua saúde, por que profissionais que estão submetidos às mesmas condições vinham recebendo avaliações diferentes?**

Assim, a avaliação por local de trabalho e não por função era uma das principais pautas pelas quais os servidores de saúde vinham lutando. Afinal, um ambiente insalubre interfere na saúde de todos os trabalhadores que estão naquele local, independente de função.

Vale lembrar que isso não é um favor que a gestão está fazendo aos trabalhadores, trata-se apenas de atender de forma adequada as legislações que tratam do pagamento desse benefício.

PRESSÃO CONTINUA

A publicação desse ofício representa um passo importante, mas precisamos seguir mobilizados já que a vitória ainda não é completa. **O principal ponto é que a determinação do DSO exclui os motoristas da saúde dos servidores a serem contemplados com a insalubridade. Somente os motoristas de ambulância seriam contemplados com o adicional.** Mas, não é difícil imaginar os riscos – inclusive de agentes biológicos – aos quais os motoristas são submetidos no exercício da sua função, por isso, entendemos que eles têm direito ao adicional e vamos lutar por isso.

Além do mais, precisamos manter a pressão para garantir que essa determinação seja colocada em prática e não fique apenas no papel. Outro ponto ainda não contemplado é o pagamento desse valor retroativo, o que agora vai para avaliação da Procuradoria Geral do Município.

Outra reivindicação – que a gestão não parece querer reconhecer – é o pagamento do adicional de insalubridade no período de licença-prêmio. Afinal, ainda que afastados do local de trabalho no período de licença, as condições do ambiente de trabalho interferem na saúde do servidor, já que esteve durante cinco anos submetidos continuamente a essas condições.

A vitória conquistada mostra a força da mobilização da classe trabalhadora! No dia 13 de agosto, mais de 20 servidoras compareceram à reunião na Gestão de Pessoas junto com o Sindicato para discutir e elaborar as reivindicações sobre o tema. Hoje vemos que a pressão dos trabalhadores fez toda a diferença.

Por isso, seguimos na luta. Firmes!

Todos os trabalhadores dos locais abaixo deverão receber insalubridade em grau médio*

- ▶ Atenção primária: UBS, UBSF
- ▶ Urgência e Emergência: UPA, HMA, SAMU, Serviço de remoção dos pacientes
- ▶ Atenção Psicossocial: CAPS II, CAPS AD, SECRIA
- ▶ Atenção especializada: CSMI, Laboratório Municipal, CRIA, Clínica de Fisioterapia, Clínica de Audiologia e Fonoaudiologia, CEM, CEO (não atinge aos que já fazem jus ao pagamento de adicional de periculosidade) e SOA
- ▶ Farmácia Central de Araucária
- ▶ Vigilância Epidemiológica
- ▶ Médicos veterinários e biólogos: somente os que desempenham suas atividades profissionais no Centro de Controle de Zoonoses

*Os motoristas lotados na SMSA, exceto os de ambulância, não vão receber o adicional.



▶ A pressão dos servidores municipais foi muito importante e precisa continuar para garantir que as reivindicações sejam atendidas



▶ Sindicato e servidoras municipais discutiram o pagamento da insalubridade com o Departamento de Saúde Ocupacional (DSO) e Gestão de Pessoas

Problemas no sistema continuam E NÃO HÁ PRAZO PARA SOLUÇÃO!

Pasmem: os problemas trazidos para o pagamento dos servidores com a implantação do novo sistema da Prefeitura continuam! Adotar um sistema novo, sem tempo hábil para integração com o antigo, deu no que deu.

Entre as lambanças está o não pagamento dos triênios, desde o mês de março deste ano! E o pior é que nem a própria gestão consegue garantir quando solucionará os problemas que ela mesma causou.

Entendemos que a Prefeitura deveria ao menos informar os servidores dos problemas causados pela implantação do novo sistema, ao invés de ficar apenas fazendo propaganda sobre a “inovação de Araucária”! Afinal, inovar não é atrasar pagamento e muito menos não ter respeito com os servidores!

Por isso, recomendamos a todos os servidores: verifiquem seu holerite. Conferir os pagamentos de todos os meses é a melhor forma de perceber qualquer falha que esteja acontecendo.

Implantação mal planejada do novo sistema também atrasou aposentadorias

▶ Além de todos os erros no pagamento dos salários, a troca mal planejada do sistema também prejudicou quem aguardava ansiosamente pela aposentadoria. Cerca de 100 servidoras e servidores tiveram que esperar por três meses até que o pedido fosse analisado porque o sistema não estava atualizando as certidões com a contagem do tempo de serviço.

Os pedidos de aposentadoria protocolados a partir de janeiro só começaram a ser analisados em abril, quando o sistema passou a incluir as certidões. O pior é que a aposentadoria não foi paga com efeito retroativo à data do pedido. Isso inclusive abre margem que o servidor reclame na justiça e tenha seu pedido atendido, já que foi prejudicado pela ineficiência da gestão. Ou seja, a gestão dá brechas para que no futuro o FPMA tenha que pagar despesas de ações trabalhistas que poderiam ser evitadas simplesmente garantindo o direito dos servidores.

Por causa dos problemas na troca do sistema, também não houve o preenchimento das fichas financeiras individuais de cada servidor ou servidora, com os valores das contribuições mensais pagas pela Prefeitura e pelo servidor para o Fundo de Previdência. O problema foi corrigido em maio. Os conselheiros que representam os trabalhadores nos conselhos administrativo e fiscal do Fundo de Araucária estão atentos, acompanhando a conferência para garantir que a ficha financeira de cada servidor seja atualizada com os valores corretos referentes a cada mês.

Gratificação por trabalho técnico na SMAS tramita lentamente

▶ Seguimos na luta para garantir a gratificação por trabalho técnico relevante para os educadores sociais que trabalham nas casas de acolhimento I e II, assim como na Casa da Cidadania. Como mostramos na última edição deste Informativo, no final de junho levamos a pauta até o diretor da Assistência Social.

Mas, na prática, a questão avançou muito pouco desde então. Há um processo em tramitação – de forma muito lenta – na Prefeitura (nº27345/2019) para regularizar o pagamento das gratificações.

Enquanto o projeto aguarda a boa vontade da gestão, 13 educadores sociais trabalham sem receber essa gratificação, mesmo que o adicional seja concedido a outros servidores do mesmo local e na mesma função. Não podemos aceitar essa falta de critérios no atendimento dos direitos dos trabalhadores! É uma falta de respeito!

Vale lembrar que a secretária da Assistência Social é a mulher do prefeito, Sra Cristiane Inez Dehaini. Ela e o diretor geral Leonardo Ferreira só têm enrolado os servidores, sem fazer nada na prática!

PSS é exceção e não regra para contratação



▶ A pressão dos servidores da saúde, que realizaram paralisações de uma hora nos locais de trabalho, surtiu efeito e o governo finalmente começou a chamar trabalhadores aprovados nos últimos concursos.

Entretanto, isso ainda não é suficiente! Ao contrário do que reivindicam servidores e SIFAR, a Prefeitura não realizou concursos para todas as áreas da saúde. E, sob esse argumento, o prefeito Hissam conseguiu aprovar a contratação precarizada por Processo Seletivo Simplificado (PSS) no município. Essa forma de

contrato não garante qualidade e nem permite que a comunidade e o profissional estreitem laços, já que se trata de um contrato temporário.

A administração de Araucária não comprovou nenhuma impossibilidade de abrir novos concursos, entretanto, tem usado o PSS, um mecanismo aprovado para situações emergenciais, como regra de contratação. Enquanto isso, o setor de saúde do município sofre com a falta de profissionais.

O SIFAR fez a denúncia da situação junto ao Ministério Público! Precisamos continuar pressionando o governo na realização de concursos para todos os cargos e repudiar as contratações via PSS. Firmes!

Educadoras/es dão passo à frente na luta pelo reconhecimento!

▶ Após intensa pressão das educadoras no último período, o governo finalmente resolveu ceder e construir um projeto de lei que reconhece as educadoras do município como professoras da educação infantil. A Secretaria Municipal de Educação garantiu que o projeto deve ser protocolado na Câmara Municipal até novembro.

Essa é uma importante conquista para a categoria, que já desempenha o trabalho de professoras e professores da educação infantil nos CMEIs do município, mas ainda não são valorizados por esse trabalho.

Essas trabalhadoras e trabalhadores da educação infantil continuarão firmes na luta até que o projeto de lei seja realidade no município para todas as profissionais.



Trabalhadores do Obras continuam expostos

▶ Para os trabalhadores da Secretaria de Obras, nada de novo! O governo Hissam quer tapar o sol com a peneira e a única medida de proteção que adotou para os trabalhadores são os coletes refletivos e nem todos os trabalhadores receberam esses coletes.

Também não há nenhuma novidade quanto aos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), necessários para minimizar os impactos das funções desenvolvidas pelos trabalhadores desta Secretaria. A Prefeitura de Araucária prefere expor os servidores ao risco a prevenir acidentes de trabalho.

Os trabalhadores do Obras estão cansados do descaso da administração municipal. Com risco não se brinca!

Com PEC paralela, Senado manobra para RECOLOCAR ESTADOS E MUNICÍPIOS na Reforma da Previdência

A desumana Reforma da Previdência de Bolsonaro foi aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados em meio a um escandaloso esquema de troca de votos por liberação de emendas que custou cerca de R\$ 3 bilhões.

Servidores públicos estaduais e municipais ficaram de fora da versão aprovada na Câmara dos Deputados, mas há uma manobra em curso para que os estados e municípios sejam reinseridos na Reforma da Previdência através de um projeto paralelo, durante a tramitação no Senado.

Vamos nos manter atentos e mobilizados para defender não só o nosso direito à aposentadoria, mas também o direito de nossos familiares e amigos.



► Dinheiro usado para pagamento das emendas parlamentares saiu dos recursos contingenciados da educação. Agora, Reforma da Previdência tramita na Comissão de Constituição e Justiça do Senado

39º Congresso do Fundo de Previdência Municipal de Araucária

17 de outubro, a partir das 13h30, na Câmara de Vereadores

► Será mais um importante momento para dizermos **NÃO** a tentativa de pôr as mãos no dinheiro do nosso Fundo de Previdência, além de rejeitar também as mudanças nas regras da aposentadoria que retiram direitos e dificultam o acesso de trabalhadoras e trabalhadores a uma aposentadoria digna.

MP da Liberdade Econômica incentiva desmatamento e calote em dívidas trabalhistas

O Senado transformou em lei a MP apelidada pelo governo Bolsonaro de “Liberdade Econômica”. O que o governo queria com esse projeto era dar mais liberdade para os patrões aumentarem a exploração sobre nós, trabalhadores, e para devastarem ainda mais a natureza.

Para que a MP fosse aprovada no prazo, o trecho que liberava o trabalho aos domingos sem exigir o pagamento de horas extras foi retirado. Apesar disso, a lei aprovada segue flexibilizando direitos e dificulta o acesso da Justiça aos bens de empresários que possuem dívidas trabalhistas, facilitando ainda mais o risco de calote.

A lei aprovada também abre brecha para o desmatamento automático caso os órgãos de proteção atrasem a emissão de licenças ambientais.

A Amazônia queima, enquanto governo e empresários comemoram incentivo ao desmatamento

- Entre janeiro e agosto, queimadas aumentaram 83% em relação a 2018.
- O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) sofreu um corte de 24% do orçamento em abril, em meio ao contingenciamento anunciado por Bolsonaro.
- Ações de prevenção e controle de incêndios florestais perderam 40% do orçamento, o que equivale R\$ 17,5 milhões.

XXI Sessão do Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública, Gratuita, Laica e Universal de Qualidade

FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO E A SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO HISTORICAMENTE PRODUZIDO

19/09

Abertura à noite, na Câmara Municipal de Araucária

20/09

Sessões nos períodos da manhã e tarde na Câmara Municipal de Araucária

SIFAR

- Contaremos com a participação de professores especialistas no assunto. Já confirmou presença o professor doutor Luiz Fernandes Dourado, da UFG. Será disponibilizada aos participantes certificação de até 12 horas, de acordo com os períodos de participação. As inscrições abrirão em breve.

MANTENHA-SE INFORMADO!

SITE www.sifar.org.br

FACEBOOK facebook.com/sifararauraria

WHATS APP 99886-0107

TELEFONE 3642-0952

EXPEDIENTE | SIFAR | Sindicato dos Funcionários e/ou Servidores Públicos do Município de Araucária

Rua João Pessoa, 145 – 3º andar, sala 34 - Centro – Araucária/PR | Telefone : (41) 3642-0952 | www.sifar.org.br | Gestão “Firmes com o Grito e Juntos com a Base” (2018-2021)

Diretoria Liberada: Jocelena Carvalho, Jean Carlo dos Anjos Rosa e Andréa Aparecida Faustino **Diretoria que permanece nos locais de trabalho:** : Adriana Martins Moraes, Alan Patrike Furman, Alexandre Lima Costa Ferreira, Ana Patrícia de Oliveira, Antonio de Lima Filho, Ariane Cardoso Machado, Cristiene Purguer dos Santos, Daniela Silva Reis, Emanuela Guerke de Ângelis, Gilson Jeri Favetti, Giselda Meira Fernandes, Gisele de Souza Chibinski, Gisele Maria Krzyzanowski, Jair Antonio Zanin, Josiane Aparecida de Paula Correa, Luiz Fernando dos Santos Farias, Maria Luiza F. de Souza, Marcia de Souza Silva, Maria de Fátima F. de Lima, Melissa de Cassia Keune, Sarita Malaguty e Rodolfo Luis da Luz. **Equipe de Comunicação:** Thaíse Mendonça (DRT 8696/PR), Dalane Santos (DRT 10051/PR), Larissa Drabeski (DRT 009472/PR) | **Diagramação:** Ctrl S Comunicação (www.ctrlscomunicacao.com.br) **Tiragem:** 1,5 mil exemplares